



Você, sem fronteiras.

TIM Participações S.A.
CNPJ: 02.558.115/0001-21
Companhia Aberta



UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER DO PÚBLICO

O Estatuto Social passou a prever, dentre outras, as seguintes regras: (i) a Companhia somente poderá emitir ações ordinárias, o que resultou na conversão do número total de ações preferenciais de emissão da TIM Participações em ações ordinárias, na proporção de 0,8406 novas ações ordinárias para cada ação preferencial; (ii) garantia do *tag along* de 100%, em caso de alienação do poder de controle; e (iii) mínimo de 20% dos membros do Conselho de Administração devem ser independentes.

A migração para Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como os Estados Unidos e Europa, aumentou o potencial de atração de novos investidores e a liquidez das ações de emissão da TIM Participações. Além disso, todas as ações de emissão da Companhia passaram a fazer parte do programa da Companhia de *American Depositary Receipts*.

A partir de 03 de agosto de 2011, a TIM Participações passou a ser a única companhia brasileira do setor de telecomunicações listada no segmento especializado do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo apenas ações ordinárias negociadas, utilizando o código "TIMP3". A partir de 08 de agosto de 2011, a TIM Participações passou a ter *American Depositary Receipts* representativos de ações ordinárias de emissão da Companhia na *New York Stock Exchange*.

A adesão ao Novo Mercado potencializa uma maior liquidez e valorização das ações da Companhia, permite um acesso mais amplo aos mercados internacionais, promove o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia e, ainda, reafirma o compromisso de longo prazo do grupo Telecom Italia com suas operações no Brasil.

Adicionalmente, a TIM Participações é a única companhia do setor de telecomunicações do grupo de empresas que compõem a carteira do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC) do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da BM&FBOVESPA e do Índice Carbono Eficiente (ICE), composto por empresas que se comprometeram a adotar práticas transparentes com relação às suas emissões de gases efeito estufa. Também fazemos parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA por cinco anos consecutivos, índice composto por empresas que apresentam um elevado comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

9.2. Governança Corporativa na TIM
A TIM Participações é uma sociedade por ações, de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria e, ainda, supervisionada por um Conselho Fiscal e pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado e no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atua, a Companhia, bem como seus administradores, devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade. Na condução dos seus negócios, pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios; (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender o bem-estar e o crescimento da comunidade em que opera; (v) valorizar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação
A TIM Participações adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, a qual os administradores da Companhia adotaram mediante assinatura de termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

9.4. Conselho de Administração
O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada que exerce a administração superior da Companhia, sendo composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, dezenove membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, que são publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dos Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com informações ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não terão direito de voto.

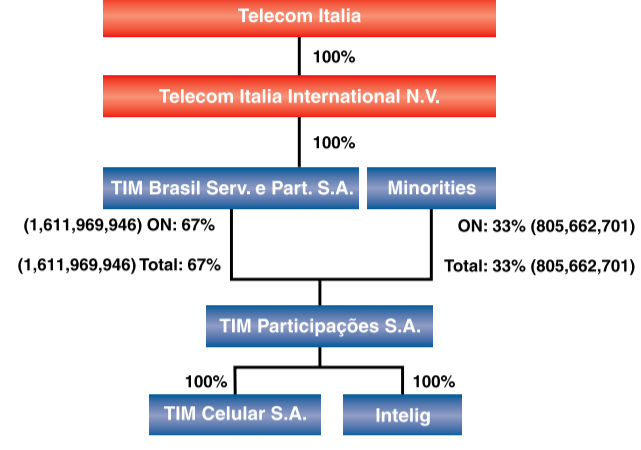
O Conselho de Administração possui ainda dois comitês de assessoramento, Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle e Riscos, com função consultoria, e são compostos apenas por membros do Conselho. O Conselho de Administração também possui como órgão vinculado o Comitê de Auditoria Estatutária.

9.5. Diretoria
A Diretoria é o órgão de representação e executivo de administração da Companhia, sendo composta por no mínimo dois e no máximo nove diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo Conselho a qualquer tempo. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por nove diretores.

9.6. Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não tenham qualquer outro vínculo com a Companhia.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário
O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão permanente, colegiado e de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, conforme a Lei Sarbanes-Oxley de 2002 e a Instrução da CVM nº 509/2011. Deve ser composto, no mínimo, por 3 membros e, no máximo, por 5 membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração. Hoje, o Comitê é composto por três membros, todos independentes. É competente, ainda, pelo Canal de Denúncias, sistema que permite a qualquer um, seja empregado da Companhia ou não, a relatar fatos que possam demandar uma investigação pela Companhia. O Comitê deve se reunir, no mínimo, bimestralmente, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre apreciadas por tal órgão antes de sua divulgação.

9.8. Estrutura Acionária



O capital social da Companhia encerrou 2013 com montante total de R\$ 9.886.886.533,46, representado por 2.417.632.647 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM Participações, com 67% das ações. Conforme o Estatuto Social da TIM Participações, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social, findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

9.9. Política de Dividendos
Conforme o Estatuto Social da TIM Participações, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social, findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO Circulante	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	19.112	17.114	5.287,642	4.429.780	Fornecedores (Nota 19)	1.787	1.860	5.255.337	4.293.121
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado (Nota 7)	-	1	-	810	Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	-	-	966.658	951.013
Contas a receber (Nota 8)	-	-	3.513.029	3.650.871	Arrendamentos Mercantis - Leasing (Nota 18)	-	-	9.557	-
Estoques (Nota 9)	-	-	296.829	269.145	Operações com derivativos (Nota 41)	-	-	44.418	42.061
Dividendos a receber (Nota 16)	389.311	397.906	-	-	Obrigações trabalhistas (Nota 21)	786	204	170.556	133.283
Impostos e contribuições indiretos a recuperar (Nota 10)	-	-	913.215	906.101	Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 22)	59	39	580.625	635.061
Impostos e contribuições diretos a recuperar (Nota 11)	25.118	23.975	370.626	331.225	Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 23)	2.758	2.746	115.103	204.917
Despesas antecipadas (Nota 13)	-	-	206.354	180.371	Dividendos a pagar (Nota 27)	396.879	373.241	396.879	373.241
Operações com derivativos (Nota 41)	-	-	11.969	104.712	Autorizações a pagar (Nota 2)	-	-	77.216	369.583
Outros ativos (Nota 15)	10.262	9.324	141.140	94.702	Outros passivos (Nota 24)	7.511	6.261	431.754	372.942
	443.803	447.320	10.740.804	9.967.717		409.780	384.451	8.048.103	7.375.222
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	-	-	3.779.998	3.439.082
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)	89	140	28.681	21.834	Operações com derivativos (Nota 41)	-	-	-	36.144
Contas a receber (Nota 8)	-	-	35.959	61.305	Arrendamentos mercantis - Leasing (Nota 18)	-	-	313.113	-
Impostos e contribuições indiretos a recuperar (Nota 10)	-	-	536.757	215.261	Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 22)	-	-	86	246.180
Impostos e contribuições diretos a recuperar (Nota 11)	-	-	22.537	21.658	Impostos, taxas e contribuições diretos (Nota 23)	-	-	226.668	175.892
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	-	-	1.064.721	1.252.018	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	-	-	337.770	196.806
Depósitos judiciais (Nota 14)	50.535	34.703	720.261	621.312	Provisão para contingências (Nota 25)	3.054	3.597	372.075	311.287
Despesas antecipadas (Nota 13)	-	-	95.906	94.038	Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego (Nota 42)	-	-	1.084	4.486
Operações com derivativos (Nota 41)	-	-	234.894	84.095	Provisão para futura desmobilização de ativos (Nota 26)	-	-	299.813	298.908
Outros ativos (Nota 15)	-	-	13.224	14.040	Outros passivos (Nota 24)	29.767	29.772	164.817	192.200
Investimentos (Nota 16)	14.385.258	13.610.971	-	-	Total do passivo	442.601	417.820	13.543.527	12.276.107
Imobilizado (Nota 17)	-	-	8.207.242	7.566.510	Patrimônio líquido (Nota 27)				
Intangível (Nota 18)	157.556	157.556	6.436.181	5.989.189	Capital social	9.839.770	9.839.770	9.839.770	9.839.770
	14.593.438	13.803.370	17.397.363	16.141.260	Reservas de capital	1.217.640	387.000	1.217.640	387.000
					Ajustes de avaliação patrimonial	2.013	(232)	2.013	(232)
					Reservas de lucros	3.538.586	3.609.701	3.538.586	3.609.701
					Ações em tesouraria	(3.369)	(3.369)	(3.369)	(3.369)
					Total do patrimônio líquido	14.594.640	13.832.870	14.594.640	13.832.870
					Total do passivo e patrimônio líquido	15.037.241	14.250.690	28.138.167	26.108.977

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	Reservas de lucros					Dividendo adicional proposto	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva adicional					
9.839.770	384.489	290.909	2.441.555	-	-	-	(3.369)	-	-	12.963.354
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.448.888	1.448.888
Reflexo do valor de complemento de apostentadoria lançado diretamente no PL da controlada	-	-	-	-	-	-	-	(232)	-	(232)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(232)	1.448.888	1.448.888
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	636
Opções de compra de ações (Nota 28)	-	2.511	-	-	-	-	-	-	-	2.511
Efeito de incorporação das controladas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	-	-	-	(1.477)	-	-	-	-	-	(1.477)
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal (Nota 27)	-	-	72.444	-	-	-	-	(72.444)	-	-
Dividendos (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	-	(344.111)	-	(344.111)
Constituição de reserva para expansão (Nota 27)	-	-	-	1.032.333	-	-	-	(1.032.333)	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	(229.160)	-	-	-	(229.160)	-	(229.160)
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	3.097	-	-	-	3.097	-	3.097
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	2.511	72.444	804.793	-	-	-	(1.448.888)	-	(569.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.839.770	387.000	363.353	3.246.348	-	-	(3.369)	(232)	-	13.832.870
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.505.614	1.505.614
Reflexo do valor de complemento de apostentadoria lançado diretamente no PL da controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	2.245	2.245
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.245	2.245
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.244
Opções de compra de ações (Nota 28)	-	4.244	-	-	-	-	-	-	-	4.244
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal (Nota 27)	-	-	75.281	-	-	-	-	(75.281)	-	-
Dividendos (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	-	(357.583)	-	(357.583)
Constituição de reserva de benefício fiscal (Nota 27)	-	-	826.396	-	(699.201)	-	-	(127.195)	-	(27.684)
Dividendo adicional proposto (Nota 48)	-	-	-	-	485.722	-	-	(485.722)	-	-
Constituição de reserva para expansão (Nota 27)	-	-	-	-	-	-	-	(459.833)	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	459.833	-	-	-	-	(398.889)
Dividendos lançados diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	(398.889)	-	-	-	-	4.805
Estorno de saldo de <i>put option</i>	-	-	-	-	1.304	-	-	-	-	1.334
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	830.640	75.281	(632.118)	485.722	-	-	(1.505.614)	-	(746.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.839.770	1.217.640	438.634	2.614.230	485.722	-	(3.369)	2.013	-	14.594.640

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Recargas	Controladora		Consolidado		Benefícios F.G.T.S.	Outros	Impostos, taxas e contribuições	Federal	Estaduais	Municipais	Remuneração de capitais de terceiros	Juros	Aluguéis	Remuneração de capital próprio	Dividendos	Lucros retidos
	2013	2012	2013	2012												
Recarga operacional bruta	29.661.754	27.755.812	-	-	759	69	136.143	136.968	6	13	8.739	172	8.925	357.583	344.111	1.148.031
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(240.051)	(250.972)	-	-	46.026	39.348	-	-	-	-	-	-	-	-
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(3.195.802)	(3.037.028)	-	(235)	11.230	13.667	-	-	-	-	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	26.225.901	24.467.812	6.448	2.530	686.149	602.532	13	13	12.276	8.056.331	8.925	357.583	344.111	1.148.031
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(8.280.452)	(7.658.116)	1.532	3.798	3.236.529	3.180.199	6	13	5.326.222	4.863.856	8.925	357.583	344.111	1.148.031
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.073)	(6.328)	(3.613.758)	(3.462.277)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenções	(8.073)	(6.328)	(11.894.210)	(11.120.343)	1.551	3.824	8.575.353	8.056.331	13	13	12.276	8.056.331	8.925	357.583	344.111	1.148.031
Depreciação e amortização	-	-	(2.767.870)	(2.688.598)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor adicionado líquido produzido	(8.073)	(6.328)	11.563.821	10.658.881	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.52															



Você, sem fronteiras.

TIM Participações S.A.

CNPJ: 02.558.115/0001-21

Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado Total
31 de dezembro de 2013		
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Instrumentos financeiros derivativos	-	246.863
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.548.988	3.548.988
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	28.681
Caixa e equivalentes de caixa	5.287.642	5.287.642
	8.836.630	9.112.174
	Consolidado	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros Total
31 de dezembro de 2013		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	-	4.746.656
Instrumentos financeiros derivativos	44.418	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	5.255.337
	44.418	10.001.993
	Consolidado	
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado Total
31 de dezembro de 2012		
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Instrumentos financeiros derivativos	-	188.807
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.712.176	3.712.176
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	22.644
Caixa e equivalentes de caixa	4.429.780	4.429.780
	8.141.956	8.353.407

	Consolidado	
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado Total
31 de dezembro de 2012		
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Instrumentos financeiros derivativos	-	188.807
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.712.176	3.712.176
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	22.644
Caixa e equivalentes de caixa	4.429.780	4.429.780
	8.141.956	8.353.407

	Consolidado	
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado Total
31 de dezembro de 2013		
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Instrumentos financeiros derivativos	-	188.807
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.712.176	3.712.176
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	22.644
Caixa e equivalentes de caixa	4.429.780	4.429.780
	8.141.956	8.353.407

Moeda	Tipo de SWAP	DÍVIDA		SWAP	Total Dívida
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	-	1.115.241
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, BES	-	224.395
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	-	280.822
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	-	117.704
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	-	117.768
31 de dezembro de 2012					
Moeda	Tipo de SWAP	DÍVIDA	SWAP	Total Dívida	
R\$	TRE X DI	BNB	Santander	-	38.743
R\$	TJLP X DI	BNDES	Santander, Itaú	-	1.894.790
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI MS e BOFA	-	836.562
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, BES	-	244.723
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	-	244.964
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	-	205.280

Moeda	Tipo de SWAP	DÍVIDA		SWAP	Total Dívida
R\$	TRE X DI	BNB	Santander	-	38.743
R\$	TJLP X DI	BNDES	Santander, Itaú	-	1.894.790
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI MS e BOFA	-	836.562
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, BES	-	244.723
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	-	244.964
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	-	205.280

	Objeto	
	2013	2012
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNB	
Posição ativa	-	-
Posição passiva	-	6.008
Saldo líquido	-	(5.062)
Risco da TJLP contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNDES	
Posição ativa	-	-
Posição passiva	-	946
Saldo líquido	-	56.167
Risco cambial USD contra CDI	Proteção integral do risco de variação cambial, obtidas junto aos Bancos, BNP Paribas, BEI, BOFA e JP Morgan.	
Posição ativa	-	-
Posição passiva	-	(55.069)
Saldo líquido	-	1.098
Total	-	-

Descrição	Objeto			
	2013	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA e JP Morgan)	1.829.236	1.829.236	2.310.460	2.801.156
Valor justo da ponta ativa do swap	1.829.236	1.829.236	2.310.460	2.801.156
Valor justo da ponta passiva do swap	(1.626.790)	(1.626.790)	(1.634.372)	(1.634.242)
Exposição líquida no swap	202.446	202.446	680.088	1.166.914

Como as controladas possuem apenas instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletida na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados. Salienciamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Franco Bertone (Presidente)	
Adhemar Gabriel Bahadrian	
Francesca Petralia	
Maislon Ferreira da Nóbrega	
Manoel Horacio Francisco da Silva	
Oscar Cicchetti	
Patrizio Graziani	
Piergiorgio Peluso	
Rodrigo Modesto de Abreu	

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta de Orçamento de Capital; (iii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2013 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iv) o acompanhamento dos trabalhos realizados

Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da TIM Participações S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2013, buscando as melhores práticas de Governança Corporativa, e em 23 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Regimento Interno do CAE.

Atualmente, o CAE é composto por 3 (três) membros, eleitos em 12 de dezembro de 2013, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2015, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos. Todos são membros independentes, sendo o Sr. Maislon Ferreira da Nóbrega também membro do Conselho de Administração e o Sr. Samuel de Paula Matos o especialista financeiro.

Compete ao CAE, de acordo com seu Regimento Interno: (i) opinar previamente sobre a contratação e a destituição do auditor independente para prestação dos serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras, bem como de quaisquer outros serviços, sejam ou não de auditoria; (ii) analisar o plano anual de trabalho, discutir o resultado das atividades desempenhadas, as revisões efetuadas e avaliar o desempenho dos auditores independentes; (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes com o objetivo de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados à Companhia, incluindo, na extensão permitida pela legislação, o auxílio na solução de eventuais divergências entre a administração e os auditores independentes no que concerne à apresentação das demonstrações financeiras; (iv) supervisionar as atividades desempenhadas pela auditoria interna, devendo, para tanto, analisar o plano anual de trabalho, discutir o resultado das atividades desempenhadas, das revisões efetuadas e avaliar o desempenho dos auditores internos; (v) supervisionar e analisar a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) as informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis, que ascendem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (vi) analisar as denúncias, anônimas ou não, relativas a quaisquer assuntos contábeis, de controles internos ou de auditoria, recebidas pela Companhia, bem como sugerir as medidas que poderão ser tomadas; (vii) examinar, avaliar e opinar,

Aos Administradores e Acionistas

TIM Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TIM Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da TIM Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de

	Consolidado	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros Total
31 de dezembro de 2012		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	-	4.390.095
Instrumentos financeiros derivativos	78.205	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	4.293.121
	78.205	8.683.216

Gestão de capital
Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia - Síntese
A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pelas controladas e vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão demonstradas no quadro a seguir:

Total Swap (ponta ativa accrual)	Cobertura	Taxas Médias Swap	
		Ponta Ativa	Ponta Passiva
1.115.241	100%	LIBOR 6M + 0,77% a.a.	95,25% do CDI
224.395	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	95,01% do CDI
280.822	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
117.704	100%	1,73% a.a.	101,50% do CDI
117.768	100%	1,8% a.a.	93,80% do CDI
Total Swap (ponta ativa accrual)	Cobertura	Taxas Médias Swap	
5.978	15%	10,54%	69,80% do CDI
55.631	3%	TJLP + 4,2%	91,43% do CDI
836.538	100%	LIBOR 6M + 0,74%	95,02% do CDI
244.723	100%	LIBOR 6M + 2,53%	95,01% do CDI
244.965	100%	(LIBOR 3M + 1,25%) x 1,18	92,00% do CDI
205.444	100%	1,84%	92,50% do CDI

Moeda	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo	
	2013	2012	2013	2012
BRL	-	2.798	-	-
-	-	-	-	6.008
-	-	-	-	(5.062)
BRL	-	55.052	-	946
-	-	-	-	56.167
-	-	-	-	(55.069)
USD	1.614.311	1.406.316	1.829.236	1.515.769
-	-	-	(1.626.790)	(1.407.210)
-	-	-	-	108.559
	1.614.311	1.464.166	202.446	110.603

objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2013 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito (i) da variação do CDI e; (ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	9,77%	12,21%	14,66%
USD	2,34	2,93	3,51

DIRETORIA	
Rodrigo Modesto de Abreu Diretor Presidente	Roger Sole Rafols Chief Marketing Officer
Claudio Zeza Chief Financial Officer	Daniel Junqueira Pinto Hermeto Purchasing & Supply Chain Officer
Mario Giraldo Regulatory and Institutional Affairs Officer	Rogério Tostes Lima Diretor de Relações com Investidores
Lorenzo Federico Zanotti Lindner Chief Operations Officer	Jaques Horn Diretor Jurídico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

pelos auditores externos e internos; e (v) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores. Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), sem ressalvas, emitido no dia 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; (ii) a Proposta de Orçamento de Capital; (iii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2013 e de distribuição de dividendos da Companhia, estão

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

previamente, se os contratos a serem celebrados entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituem partes relacionadas à Companhia, de outro lado, atendem aos padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes, com base no material apresentado pela administração da Companhia, sendo facultado ao Comitê de Auditoria solicitar esclarecimentos adicionais ou opiniões de terceiros independentes, sempre que julgar necessário; (viii) elaborar relatório anual resumido, conforme regra estabelecida pela CVM, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e (ix) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia.

As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações contábeis, pelo planejamento e execução das auditorias, conforme normas reconhecidas, bem como, responsável pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs), enviados à "CVM". Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na Legislação Societária Brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, que também será acompanhada pelo CAE, atua de forma ampla e independente, principalmente, na cobertura das áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e estratégia da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período		2013	2012
Risco dos juros pré-fixados contra CDI		11	119
Risco dos TJLP contra CDI		-	(119)
Risco cambial USD contra CDI		-	134.455
Ganhos líquidos		-	134.357

Alavancagem
Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Confiante com outras companhias do setor, o Grupo monitora dentre outros índices a alavancagem financeira medida com base no índice de Dívida Líquida sobre EBITDA. O índices de alavancagem financeira em 3